

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 19-5-2021.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Idenir Cecchim, Mauro Zacher e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 095, 142 e 184/21 (Processos nºs 0276, 0371 e 0483/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 680 e 681/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 007/21 e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21 (Processos nºs 0491 e 0492/21, respectivamente). A seguir, por solicitação de Leonel Radde, Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo, Pedro Ruas e Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Fabiano Ribeiro Menezes, a Everaldo Santos, a Cecília Reis Fagundes, a Heitor Reis Fagundes, a Lorenzo Gabriel Reis Fagundes, a Idalécia Moura Couto e a Cesar Pacheco Chagas. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 033, 045, 046 e 068/21, este discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Leonel Radde, Roberto Robaina e Daiana Santos, e os Projetos de Resolução nºs 020 e 021/21. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal, Pedro Ruas, Jonas Reis e Barbara Penna. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e três votos SIM e nove votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 125/21 (Processo nº

0344/21), após ser encaminhado à votação por Leonel Radde e Márcio Bins Ely. Durante a apreciação do Requerimento nº 125/21, Márcio Bins Ely afastou-se da presidência dos trabalhos. Em Votação, esteve o Requerimento nº 144/21 (Processo nº 0414/21), o qual, após ser encaminhado à votação por Reginete Bispo, o qual teve sua votação suspensa em face de requerimento verbal formulado por Jonas Reis, aprovado, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/18 (Processo nº 1379/18), após ser encaminhado à votação por Matheus Gomes, Pedro Ruas, Jonas Reis, Claudio Janta, Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes, Pablo Melo, Ramiro Rosário, Bruna Rodrigues, Jessé Sangalli e Airto Ferronato. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/18, por vinte e quatro votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/18, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Às dezessete horas e quinze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, Alexandre Bobadra e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registro a presença do nosso querido amigo e ex-vereador, Luiz Braz.

Apregoo e defiro os requerimentos solicitando um minuto de silêncio *in memoriam* de: Sr. Fabiano Ribeiro Menezes, comissário de polícia que tombou no cumprimento do dever, de autoria do Ver. Leonel Radde; Sr. Everaldo Santos, capataz do CTG Lanceiros da Zona Sul, de autoria do Ver. Gilson Padeiro; Cecília Reis Fagundes, Heitor Reis Fagundes e Lorenzo Gabriel Reis Fagundes, crianças que faleceram num incêndio, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo; Sra. Idalécia Moura Couto, de autoria do Ver. Pedro Ruas; Sr. Cesar Pacheco Chagas, ex-Presidente do Sintergs, de autoria deste Presidente, Márcio Bins Ely.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço e registro a presença o ex-vereador João Carlos Nedel, abrilhantando os trabalhos da nossa sessão desta tarde. O senhor é sempre muito bem-vindo a esta Casa.

Esta presidência, em conjunto com o colégio de líderes, faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0111/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia da Visibilidade Bissexual no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 23 de setembro. **(SEI 209.00028/2021-43)**

PROC. Nº 0152/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Fernando Scolari. **(SEI 161.00011/2021-52)**

PROC. Nº 0160/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/21, de autoria da Ver^a Karen Santos, que denomina Rua Beth Carvalho o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Quinze, localizado no Bairro Lageado. (SEI 152.00028/2021-19)

PROC. Nº 0221/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 068/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos e Bruna Rodrigues e dos Vers. Leonel Radde, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, que autoriza o Executivo Municipal a fornecer almoço para os estudantes matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) do Município de Porto Alegre enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **Com Emenda nº 01, da Ver^a Daiana Santos.** (SEI 209.00039/2021-23)

PROC. Nº 0420/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Marcos Gaffree Vieira Monteiro. (SEI 023.00005/2021-52)

PROC. Nº 0460/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário e da Ver^a Fernanda Barth, que concede a Comenda Porto do Sol a André Luiz de Almeida Mendonça. (SEI 197.00065/2021-92)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós corremos pauta hoje, em 1ª sessão, de um projeto de vereadores do PSOL, do PT e do PCdoB, que coloca a possibilidade de autorização do Executivo Municipal para um almoço a ser oferecido aos estudantes na rede pública municipal. Nós vivemos, Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, um momento dramático, que eu não preciso entrar em detalhes, todos conhecem muito bem, que é o efeito deletério trazido pela Covid-19 em relação à impossibilidade de auferir renda que as pessoas passaram a ter, em sua maioria. Isso significa, na prática, ausência de alimentação adequada, de elementos nutrientes corretos. E o que se imagina que o Executivo possa e deva fazer para os alunos da rede municipal, que, via de regra, pertencem a famílias carentes, não é de forma absoluta, mas é em geral, e que precisam realmente desse almoço, e está previsto apenas para alunos – claro, os servidores de escola e os professores –, não chega a alcançar as famílias; eu gostaria que alcançasse, mas não é possível se projetar, em termos de legislação, algo assim, pelo menos neste momento. Então em 1ª sessão de Pauta corre este projeto, e eu tenho certeza, Presidente, que é de extrema relevância, ele faz literalmente a diferença entre a saúde e a ausência dela e talvez entre a vida e a morte. Nessa situação dramática em que se vive, as pessoas sem nutrição adoecem muito mais facilmente, não apenas pela Covid-19, mas

principalmente porque o sistema imunológico fica prejudicado. E o País vive essa situação, que não é exclusiva da nossa cidade, mas é aqui que é que podemos atuar.

Vemos que hoje o Brasil inteiro foi sacudido pela notícia da Polícia Federal buscando os elementos da comprovação das vinculações do ministro Ricardo Salles com uma máfia, verdadeira máfia de desmatadores que vendem milhões de reais em madeira para o exterior de forma ilegal - de forma ilegal - e o ministro está envolvido nisso. Então há muita gente no Brasil lucrando e ganhando, dentro e fora da lei, particularmente esse governo federal, ganhando dinheiro durante a pandemia, bem na linha aquela de “passar a boiada” – “passar a boiada”, para o Ricardo Salles, deve ser também ganhar muito dinheiro enquanto vai a boiada. E o que nós estamos vendo é que a maioria da população só perde, perde, perde: perde renda, perde emprego, perde alimentação, perde tudo! E o que estava faltando – esse é um debate importante, e encaminho a conclusão, Sr. Presidente –, o que estava faltando, pelo menos num cenário tão brutal, é fornecer alimentação, almoço para alunos e alunas da rede municipal. É o que pretendemos com este projeto que corre em 1ª sessão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que, na reunião de líderes, ficou sugerido que os vereadores falem da tribuna principal usando máscara; se quiserem falar sem máscara, utilizem a tribuna da esquerda. Fica facultado aos vereadores a deliberação com relação a esse procedimento. Apenas em caráter sugestivo.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Só para esclarecimento, Presidente: a sua fala agora foi uma orientação ou uma determinação da Mesa Diretora?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É uma sugestão do colégio de líderes, por maioria.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todos e todas. É fundamental pensarmos em condições reais para o povo sofrido da nossa cidade. Porto Alegre não é uma cidade pequena, é muito grande, e por ser grande, ela guarda um conjunto enorme de desigualdades. E o poder público, e aí inscrevemos a Câmara de Vereadores, tem responsabilidade em combater essas desigualdades ou tentar diminuí-las, se porventura algum membro não ache que seja fundamental atacar violentamente a desigualdade social. Esse PL que corre hoje em 1ª sessão de Pauta trata não só da nutrição, trata também daqueles alunos e alunas cujos pais estão na miséria, aquelas alunos e alunas que não têm um prato de arroz e feijão em casa – por isso é tão importante a alimentação escolar. Muitos dirão que escola é lugar só de estudar, mas é uma conquista do povo brasileiro a alimentação escolar, a nutrição dos nossos alunos e

alunas. As pesquisas no campo da educação mostraram que, da década de 1990 em diante, quando a merenda escolar recebeu muitos recursos públicos, Ver.^a Reginete, ela começou a gerar também uma melhoria nos índices de educação. Pensem, um aluno que vai até uma escola com fome, que condição ele vai ter para se concentrar em quatro horas de aula, pelo menos? Matemática, português, educação física, artes? Pensem também no aluno que é violentado, que não vai só com fome para escola, também sofreu a violência. Porque a desigualdade gera violência, principalmente nas periferias. Então é fundamental que se pense, sim - em calamidade pública ou não, em pandemia ou não, em dificuldade ou não – que o poder público tem que garantir o mínimo para as periferias. Esse PL é fundamental por isso, porque ele quer ajudar, e ajuda pouquinho, mas ajuda, Ver.^a Mônica, os alunos e alunas, porque a Prefeitura tem como garantir alimentação escolar. Ano passado, eu vi muitas professoras e professores tendo que fazer vaquinha para entregar cestas básicas para muitas famílias, porque o número de cestas que vinha era inferior à quantidade de matriculados. Então, Ver.^a Daiana, não se trata só de dar almoço, se trata, sim, de pensar o que compõe uma cesta básica real para dar nutrição aos nossos jovens, crianças. Eu estou falando aqui, Ver. Byl, de uma situação que o senhor conhece, o bairro de onde o senhor vem é um local que precisa muito, muito, muito do poder público. É por isso nós precisamos, aqui, juntar forças, para que, de fato, a fome, que assola humanidade há muito tempo, não é de agora, seja combatida; e cada pouco que se faz para combater a fome é fundamental. Por isso, Presidente Márcio, a SMED, o governo precisa vir com robustez contra a fome nas periferias de Porto Alegre e garantir a nutrição nas escolas – reitero, é fundamental.

Então esse projeto, essa intenção coletiva tem o meu apoio, com certeza tem o apoio da bancada do PT, tem o apoio daqueles que entendem que o poder público não pode falhar; se ele falha uma vez, ele não pode falhar duas. Por isso esse projeto que está correndo pauta precisa ser aprovado. Porque é fundamental, em Porto Alegre, darmos o exemplo que nós, vereadoras e vereadores, estamos orientados no bom caminho da política, que acolha aqueles que mais precisam, que são, sim, os moradores das periferias da nossa cidade, Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, hoje é um dia muito triste; na verdade, uma semana muito triste para a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, com a morte do comissário Fabiano Menezes, que tombou no estrito cumprimento do dever legal, e nós esperamos então que ele sempre seja lembrado e que seja reconhecido por toda a sociedade esse ato heroico desse grande policial, querido e reconhecido por todos da família da Polícia Civil - perdemos um grande colega e um grande cidadão.

Em relação à pauta, quero saudar, então, a iniciativa da Ver.^a Daiana e demais vereadores e vereadoras do campo da esquerda, dos partidos que representam o campo da esquerda – PSOL, PCdoB, PT –, pois este projeto é extremamente relevante, uma vez que a fome é um dos maiores males da humanidade, que vem atingindo, dia após dia, um número gigantesco de cidadãos e cidadãs da nossa capital, do nosso Estado e do nosso País. É muito relevante que a Prefeitura de Porto Alegre faça a sua parte, e que, mesmo em períodos em que não exista a possibilidade de essas crianças estarem em sala de aula, a alimentação seja fornecida, uma alimentação de qualidade, feita com carinho, pelas nossas merendeiras, pelos trabalhadores e trabalhadoras que atuam nas instituições de ensino do nosso Município. Esse projeto pode, no momento atual - sabe-se lá quando será votado, espero que logo –, ficar para sempre na nossa legislação municipal, caso ocorram eventos como esse novamente, espero que nunca mais ocorram, mas que isso fique como um protocolo de atuação do Executivo municipal para que ninguém mais passe fome, principalmente em períodos de crises sanitárias! Também saúdo a Ver.^a Daiana Santos pelo projeto que ela traz a esta Casa, sobre o Dia da Visibilidade Bissexual – dia 17 foi o dia de combate à homofobia, LGBTfobia, todos os tipos. Nós temos, então, uma data dessa relevância para uma população que nós sabemos que, mesmo dentro da população LGBT, é invisível, é muito relevante para a nossa Capital, demonstrando nosso apreço à democracia e à diversidade. Então, é importante que a gente tenha esse tipo de iniciativa no nosso Legislativo municipal – por isso parabênzo. É um projeto pelo qual também temos uma grande simpatia, o qual apoiaremos, porque é uma das pautas relevantes ao nosso mandato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, público que nos assiste. Vou ser breve, quero falar sobre este projeto de lei que está em 1ª sessão de Pauta, um projeto importante porque é de natureza social, de assistência básica, porque não é possível que as crianças das nossas escolas municipais não tenham a atenção necessária em termos de garantia alimentar – esse é o sentido do projeto. Esse é um projeto, vereadores e vereadoras, que se soma a uma série de iniciativas que seriam importantes. Acho que é um esforço que nós, da oposição, devemos fazer de mostrar para o conjunto da Câmara de Vereadores a nossa compreensão sobre quais são as medidas necessárias para enfrentar a pandemia. Essas medidas, evidentemente, têm um elemento ligado à satisfação de necessidades básicas – este projeto responde a isso –, às necessidades de setores que estão sendo desassistidos, que estão sendo desrespeitados, como é o caso dos nossos agentes comunitários, que seguem sem o pagamento do vale-alimentação, do vale-refeição, que foi cortado na gestão Marchezan e permanece cortado. Portanto, nós temos que ter, sim, políticas de medidas urgentes para combater a fome, para combater a crise alimentar –

esse projeto diz respeito a isso; a pressão para que os agentes de saúde tenham seu vale-alimentação restituído também diz respeito a isso. Hoje mesmo nós estivemos na Prefeitura, reunidos, inclusive, a partir de uma mobilização, com o secretário Cassio Trogildo, fazendo essa reivindicação. Então, nós da oposição, queremos, sim, apresentar ao conjunto da Câmara, as nossas propostas para enfrentar a crise – algumas dessas propostas estarão ligadas à capacidade de o Município ter uma melhor arrecadação; não é só despesa, é também arrecadação. Eu, por exemplo, tenho uma proposta que logo será discutida na Câmara, já está protocolada, de uma taxa de mobilidade urbana que garanta, por exemplo, o financiamento do sistema de transporte, reduzindo a passagem, que é um tema muito caro para a bancada do PSOL. Como todos sabem, o Pedro Ruas, que é nosso vereador – era vereador em 2013, quando se conseguiu reduzir o preço da passagem a partir de uma mobilização juvenil e de uma ação judicial do PSOL, cujo principal articulador foi o Ver. Pedro Ruas – então é um tema caro para nós. Nós temos política e queremos apresentar esse conjunto de propostas e, nesse caso específico, uma proposta que aumenta a capacidade de arrecadação do Município e que protege, por exemplo, a Carris, como empresa pública. Por quê? Porque, na medida em que nós temos subsídios, evidentemente temos que expandir o público e não reduzi-lo; do contrário, seria subsidiar o lucro de empresas privadas, o que não é o melhor. Então, nós temos uma série de propostas, é sobre isso que quero chamar a atenção da Câmara e da população. Nós, da oposição, queremos avançar, queremos que a cidade se desenvolva, mas queremos que haja distribuição de renda, queremos que as pessoas sejam respeitadas; por isso as nossas crianças têm que ser alimentadas, por isso os agentes de saúde precisam ter seu vale-alimentação pago – que é um direito legal que está sendo desrespeitado -, e por isso é preciso um plano global para a cidade.

E nós estamos num dia muito especial, concluindo, Presidente Márcio, porque é um dia também em que fica cada vez mais evidente a relação - isso é trágico, do ponto de vista das políticas públicas – entre esse problema da corrupção, um problema nacional que acaba prejudicando o conjunto das nossas finanças e o conjunto da nossa política, porque faz da política uma atividade ligada à bandidagem, como está se provando agora com esse ministro do Meio Ambiente que estava protegendo o roubo de madeiras ilegais, exportadas para os Estados Unidos. Felizmente, a Polícia Federal deu uma batida na casa do ministro, na casa do ministro do Presidente Bolsonaro. Então, nós estamos, sim, num momento muito especial em que é preciso apresentar as propostas da oposição, porque felizmente o bolsonarismo que é hoje o governo nacional está começando a ficar desmascarado, inclusive desmascarado pela Polícia Federal – Polícia Federal fazendo investigação que comprova, cada vez mais, a ligação do bolsonarismo com a corrupção e com o crime. Por isso é muito bom que a oposição tenha propostas - nós queremos discutir, com a cidade, as nossas propostas, porque, sim, nós queremos que as nossas propostas sejam executadas e, assim, melhorar a vida do povo. Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, diretor, colegas, vereadores e vereadoras. Eu venho a esta tribuna para comentar o Processo nº 0221/21, PLL nº 068/21, de autoria das vereadoras Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e do Vereadores Leonel Radde, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, que autoriza o Executivo municipal a fornecer almoço para os estudantes matriculados nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Porto Alegre, enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Olha, é um projeto muito importante, no momento em que nós estamos vendo resultados de pessoas, de micro, pequenos empreendedores, grandes empresários fecharem suas portas, desempregarem centenas; são milhares de CNPJs que não existem mais. Vocês podem imaginar nas vilas, nas periferias, a comunidade pobre, uma diarista que não tem dinheiro para botar comida na mesa. O que será dessas crianças? Nós temos, sim, que apoiar no período da calamidade do coronavírus e enquanto perdurar a pandemia. Aqui não tem sigla partidária e nem ideologia política numa situação dessas! Aqui tem crianças! Aqui tem crianças como eu tenho em casa, que são quatro; como os senhores, como as senhoras têm em casa! Essas crianças vão para a escola, muitas vezes, com o desejo de ter uma única alimentação. E nós estamos vendo o resultado de uma Porto Alegre do ano de 2020, do desemprego. Os dados divulgados sobre a perda de vagas de empregos na capital nos últimos 15 meses são assustadores. Crianças nas esquinas pedindo dinheiro; pessoas nas esquinas com placas, cartazes escritos: “Tenho fome!” Como nós podemos ficar distantes dessa realidade? Não é a nossa, não é a minha e nem a dos senhores e nem a das senhoras, mas é a realidade dessas crianças e dessas famílias. O comércio, que passou grande parte do ano de 2020 fechado, porque quando se vai aos bairros, o que mais se vê são placas de “vende-se”, “aluga-se”; daqui a pouco teremos placas de “doa-se”, porque o custo de uma loja é muito alto. E nós sabemos que houve, sim, desemprego. Então, neste momento, eu me vejo na obrigação, não como vereadora, mas como mulher que sou, de pedir a todos que apoiem este projeto em nome das crianças porto-alegrenses, em nome das famílias. Não existe coisa mais triste para uma mãe, para uma avó ou para um pai, para um avô do que saber que uma criança não tem comida. Façam esse raciocínio, esse pensamento. Nós temos que ter a nossa consciência tranquila, nós temos que nos colocar no lugar do outro. Essa é uma regra de ouro que eu aprendi com o meu pai: quando tiver dúvida de alguma coisa, te coloca no lugar do outro. Gostaria que fizessem isso para ti? Então façam isso. É um tempo determinado: enquanto perdurar a catástrofe da pandemia. Eu venho aqui dizer que esse é um projeto que sobrepõe ideologias políticas e siglas partidárias. Contem com o meu apoio. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Queremos agradecer a presença do secretário André Barboza, que acompanha o trabalho da sessão de maneira presencial.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde colegas, boa tarde Presidente. Início aqui essa defesa do projeto agradecendo a todas as falas que me antecederam, porque é extremamente importante esse apoio. Quero agradecer à Mônica, ao Pedro Ruas, ao Jonas, à Bruna, ao Oliboni, ao Leonel Radde, à Reginete, ao Mateus, à Karen, a todos que se somam a este projeto tão importante, que é para minimizar esse impacto da desigualdade e que aumenta a fome nesse período tão triste, tão duro e tão caótico, quando a gente tem uma crise humanitária, uma crise sanitária, mas, principalmente, estamos falando de algo que é básico para que a gente possa falar da vida – não é, Mônica? –, para falar de saúde a gente tem que falar da fome, a gente tem que falar da comida na mesa, porque isso é dignidade para o nosso povo. Então fico muito feliz em saber que temos esses apoios. E peço para os demais que também se somem, independentemente - e a Ver.^a Mônica traz isso de uma forma muito brilhante - da ideologia político-partidária, independe da sigla, porque nós estamos falando de pessoas, estamos falando de uma construção humana para a cidade da qual somos vereadores e vereadoras e temos essa responsabilidade de conduzir esse processo com muita seriedade. Tendo isso num momento tão duro, quanto é o momento da pandemia, pensando em como garantir essa segurança alimentar, pensando em como minimizar, digo isso mais uma vez, esse impacto, porque a fome é algo que retira da gente a sobriedade, retira essa dignidade. E eu penso muito nisso olhando para as comunidades mais carentes, para aqueles que mais precisam, porque com o aumento do desemprego, enfim, são uma série de coisas que se sobrepõem, e pensando que isso atinge em torno de 19 milhões de brasileiros, que sofrem com essa insegurança alimentar. Isso é o mínimo, e acho que se a gente tem essa possibilidade – não é, Reginete? –, vamos colocar então em votação para a próxima sessão. Vamos colocar isso com toda essa responsabilidade que nos cabe, para poder trazer para o nosso povo, nesse período, o mínimo de estrutura para conduzir a vida nesses espaços que a gente fala que são a formação de indivíduos, então que sejam dessa forma.

Aproveito este espaço também, Presidente, para falar que o último dia 17 foi o Dia Internacional contra a LGBTQI+fobia, e eu, como representante desta sigla aqui nesta Casa, como mulher lésbica, sempre me posiciono, porque esse campo político precisa ser sempre exaltado, falo que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans e que mais tende a violar direitos de pessoas LGBTQI+, preciso, sim, trazer aqui - e trago -, e tenho parceiros que se somam a mim, o PLL nº 033/21, que inclui a efeméride Dia da Visibilidade Bissexual no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, como uma forma de respeitar essa pluralidade e a diversidade de quem somos nós. Quando os nossos corpos não são respeitados, quando as nossas escolhas não são respeitadas, a gente tende a ver todo um processo democrático desabar, toda a sociedade perde muito quando nós não temos

neste espaço, principalmente da Câmara de Vereadores, essa responsabilidade de evidenciar quem somos nós, e se eu não posso trazer aqui a forma cruel e diversa de viver e existir nessa sociedade, que só nos marca e só nos coloca como indicadores de violência, enfim, acaba nos condicionando sempre a uma determinada forma de viver e existir, punindo o que nós sempre pautamos, que é o amor. Não podemos ser mortos por escolher viver da forma como vivemos, não é... (Problemas na conexão.) ...É necessário que seja respeitoso, mas principalmente que venha permeado de toda essa estrutura de sociedade que precisa olhar para a gente como pertencente. Aqui a gente não está pautando um espaço mínimo, aqui a gente está pautando o que é de construção social. Se fala da sociedade, Reginete, fala de nós. E eu, mais uma vez - e foi uma pena que, na segunda-feira, a gente não conseguiu debater isso porque era o dia internacional de combate a essas violências -, trago da importância de ser esse corpo político lésbico neste espaço, pautando que somos mais do que uma bandeira, nós somos dignidade, nós somos pluralidade, nós somos diversidade, nós somos vida, luta e resistência constante e contínua aqui e nos demais espaços. É isso aí.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores. Início dizendo que, faltou isso na minha fala de Pauta, a iniciativa desse projeto que todos nós elogiamos aqui foi da Ver.^a Daiana Santos; falei no partido, mas não falei da iniciativa. Então identifico, na medida em que faço justiça, apenas, por uma iniciativa brilhante da Ver.^a Daiana Santos. Na mesma linha, quero registrar a posição da Ver.^a Mônica Leal que, ideologicamente oposta aos nossos partidos de oposição, sempre foi uma vereadora que se pautou pela ética, pela correção e pelo compromisso com os desassistidos. Então, fica aqui também o nosso reconhecimento à Ver.^a Mônica Leal por toda a sua trajetória de 20 anos na Casa e, particularmente, nesse posicionamento que identifica uma carreira que todos em Porto Alegre conhecem e admiram.

Por outro lado, Presidente, o Ver. Roberto Robaina trouxe um tema da maior relevância. Quando estamos em Porto Alegre, estamos no Estado do Rio Grande do Sul e estamos no Brasil, então, nenhuma pauta nos vê indiferentes se disser respeito ao nosso País, porque aqui de Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...E o Ver. Robaina colocou a questão da corrupção do governo federal e nós temos que mostrar a nossa posição pelo que está acontecendo. É um verdadeiro escândalo. Ontem, os jornais do País inteiro, telejornais, rádios, enfim, *blogs*, noticiaram os escândalos do Rio de Janeiro. Mostrando que foram milhões e milhões de reais gastos por indicados do general Pazuello para cuidar da superintendência do Ministério da Saúde ali naquela cidade, na capital do Rio de Janeiro, e que fizeram todo o tipo de negociata possível: contrataram empresas-fantasma sem licitação, preços superfaturados, materiais

desnecessários, cadeiras de R\$ 2.800, centenas de cadeiras de R\$ 2.800, luzes desnecessárias, caríssimas. Então, sem licitação, com preço superfaturado, com o dinheiro do Ministério da Saúde! Com dinheiro do Ministério da Saúde em plena pandemia, em plena tragédia social! Com todo o respeito devido, esse general Pazuello e seu assessor, o coronel do Rio de Janeiro, são criminosos! Criminosos do pior tipo, corruptos e aproveitadores da tragédia que vive o Brasil! Da mesma forma, hoje a Polícia Federal faz uma batida importantíssima em todas as vinculações e tentáculos que tem essa máfia do governo federal, passando pela questão ambiental na pessoa do titular da pasta, o Sr. Ricardo Salles. Já havia se percebido, em vários momentos, desde a famosa reunião ministerial, onde ele dizia “enquanto se preocupam com a pandemia, nós vamos passando a boiada”. Se imaginava, e já era ruim, que a boiada era a legislação ruim, negativa. Isso, em parte, era verdade, mas não era só isso, não era só a legislação ruim, era também a nomeação de pessoas com compromisso com o governo federal e com compromisso com o desmatamento, era também a demissão e o deslocamento de pessoas que combatiam esse desmatamento, mas era também a corrupção, era também o ganhar dinheiro. Quando a Polícia Federal fez a maior apreensão da história do Brasil de madeira ilegal – a maior da história! -, o ministro largou tudo e correu para defender os desmatadores e vendedores da madeira que seria exportada ilegalmente para os Estados Unidos; demitiu o superintendente local da Polícia Federal que havia feito a denúncia. Demitiu! E agora se vê que ele está envolvido em muitos, muitos e muitos episódios de desmatamento, e aí é crime ambiental. Além disso, a venda desse material, e aí vem a corrupção, de forma ilegal, para o exterior, particularmente para os Estados Unidos, não apenas para aquele país. Esse é o ministro do meio ambiente. Que ofensa maior pode haver ao País e ao planeta, do que um ministro do meio ambiente, que cuida da própria Amazônia, esteja lucrando, ganhando dinheiro com o desmatamento, promovendo desmatamento, protegendo desmatadores e ganhando dinheiro com isso? Aquele carregamento era de 159 milhões. É uma vergonha para todos nós, dentro do País e fora dele, nós temos que conviver com essa situação. Fica aqui o nosso registro de revolta, o nosso protesto, a nossa indignação por vivermos tempos tão duros, quando alguns bandidos, bandidos mesmo, marginais perigosos, que estão à frente de ministérios da República, promovendo todo o tipo de corrupção, todo o tipo de delito e ainda impunes. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente. Venho aqui, neste período de liderança, dizer que muito orgulho tenho de militar no partido das trabalhadoras e dos trabalhadores. Agora é fato: o que foi o noticiário de ontem? Uma bomba, uma bomba! A maior bomba de 2021, um escândalo! E hoje ele está lá falando na CPI. Ele não estava preocupado, no passado, em comprar vacinas, insumos para

intubar, oxigênio; não! O Ministério da Saúde estava preocupado em reformar galpões que nunca foram entregues, com dinheiro público, com o dinheiro de vocês cidadãos de Porto Alegre - vocês que pagam caríssimo por um botijão de gás, caríssimo pela conta de luz, vocês que vão no supermercado e o salário mínimo não dá para levar o rancho como antes dava! E eles usaram, os ladrões da Pátria usaram dinheiro público na pandemia, porque não tinha licitação. Quando não tem licitação, muitas vezes, é aquela lambança, é aquela festa, aquela farra, e o dinheiro vai pelo ralo. É por isso que há fome, que existe desemprego, desigualdade; porque as aves de rapina do erário brasileiro permanecem pousadas em Brasília. Por isso nosso repúdio aos governantes que usaram a pandemia para roubar, para saquear o erário. É lamentável, em rede nacional, no Jornal Nacional, ver estampado que não tinha oxigênio no Amazonas, mas tinha dinheiro nas cuecas; não tinha insumos para intubar lá no Chuí, mas tinha dinheiro nas cuecas dos senadores. Essa é a política brasileira, e o povo agora não quer mais votar em ninguém! E aí, nós, que lutamos e trabalhamos de verdade, para fazer da política um espaço de construção de cidadania, de edificação de direitos, pagamos o pato pelos ladrões da Pátria.

Fora esse assunto que muito importa debater aqui, eu quero anunciar que o Conselho de Administração do Previmpa enviou um documento, ou seja, o Previmpa enviou um documento à Casa Legislativa, no dia de hoje, dizendo que a auditoria, solicitada em 2019... Vejam só, em 2019, o Conselho do Previmpa - eu fazia parte do Conselho de Administração, porque sou servidor desta cidade - solicitou uma auditoria para fazer a análise atuarial, para ver se de verdade os cálculos condiziam com a realidade do andamento do dinheiro, dos investimentos, das aplicações do povo de Porto Alegre. Em 2019 o Conselho solicitou. E olhem a cronologia, que ironia: a ordem de início datada apenas do dia 19 de março deste ano! Deste ano! Em 15/03 a empresa contratada solicitou dados para a auditoria, solicitou à direção do Previmpa. No dia 22 de abril, a empresa reiterou os dados, ou seja, ela ficou sem resposta, quase um mês, mais de um mês, sem resposta. A direção do Previmpa não quis responder, o governo Melo não quis responder. E, no dia 13 de maio, o Previmpa informa que ainda não é possível disponibilizar as informações solicitadas pela empresa contratada e pede 120 dias de adiamento; vai até outubro. E isso é grave, porque querem reformar a previdência sem saber ao certo como vai a saúde da previdência! É isso, povo! Querem uma carta branca para mudar uma realidade que eles nem sabem qual é! A realidade da garganta? A realidade da intenção oculta? Que realidade é essa? Se o Conselho do Previmpa, que é um órgão do Previmpa, diz que a auditoria vai demorar ainda porque o departamento inclusive demorou para entregar os dados e está pedindo agora mais 120 dias, isso é um escândalo! E assim em tramitação está o projeto de emenda à Lei Orgânica para aumentar o tempo de idade, para ficarem mais tempo os trabalhadores da Prefeitura. Ou seja, o governo também quer desemprego. Deixa eles ficarem mais velhos, ficarem lá ocupando os cargos porque a Prefeitura não quer criar empregos, o governo não quer, o governo não se importa com o desemprego na cidade, ele não quer botar novos garis, ele não quer botar novos técnicos no saneamento, novos motoristas, novos professores! Não quer! Não se importa, não se interessa em ajudar a resolver a

crise econômica. E tem meios, porque a Prefeitura tem dinheiro. É uma capital! Nós não estamos falando aqui do meu Catuípe, que eu tenho tanto orgulho. Meu Catuípe é uma cidade pequena, tem pouco recurso; não é uma cidade como Porto Alegre. E Porto Alegre tem recursos, mas qual é a meta do prefeito? Aumentar o tempo de idade, manter as pessoas até ficarem bem velhinhas na Prefeitura e não criar vagas novas. Essa é a realidade! Para você aí que está querendo fazer um concurso público, você que sonha em entrar na Prefeitura e servir a população, no saneamento, na saúde - bah, centenas e centenas de técnicos de saúde querem trabalhar na Prefeitura -: o governo Melo não quer que você entre, porque ele quer manter os técnicos até branquearem todos os cabelos na Prefeitura, trabalhando até se estrebucharem no chão, no HPS, no posto de saúde, no Postão da Cruzeiro. Inclusive atropela e produz escândalos como esse: o Previmpa dizendo que vai demorar até outubro para oferecer os dados, não é nem apresentar o resultado da auditoria. Então eu queria pedir sensibilidade. Os governos podem fazer reformas? Podem, quaisquer reformas. Agora, têm que fazer reformas então com o exercício da verdade, com os dados reais da saúde financeira do Previmpa; não com achismos. Achismo serve para demagogia. Eu sei que nesta tribuna aqui podem subir demagogos, podem subir. Agora, eu gostaria mesmo que aqui só subisse a verdade, os homens de outrora empunhando a verdade no pulso e na garganta. E aqui está a verdade, a verdade é essa: os dados do projeto que está em tramitação aqui não são reais! Então eu peço sensibilidade desta Casa para que trabalhe com a verdade como artigo de primeira utilidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Barbara Penna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BARBARA PENNA (REP): Boa tarde, Presidente; colegas desta Casa, público que nos acompanha pela TVCâmara e pelas redes sociais. Eu subo, pela primeira vez, nesta tribuna, de forma ordinária, para trazer um assunto de suma importância. Nesses últimos meses, devido às circunstâncias trazidas pela pandemia, observamos um agravamento na violência doméstica contra as mulheres e as crianças. Sim, infelizmente a pandemia do Covid-19 trouxe muitas aflições, anseios e nos tomou o que temos de mais importante: a liberdade. Ficar reclusa em casa trouxe à mulher vítima de violência doméstica uma preocupação ainda maior. Sem ter um lugar seguro para ir, muitas mulheres têm que conviver com seus agressores permanentemente em seus lares. A pandemia não preparou o mundo para o desafio da reclusão. Contudo a nossa cidade de Porto Alegre não está preparada para assegurar às suas cidadãs - que correspondem a 52% da população da capital - uma mínima segurança. Alguns dizem que existe a Patrulha Maria da Penha, porém o que ninguém relata e que precisa ser urgentemente debatida é a diminuição do efetivo dessa Patrulha e a falta de investimentos no que tange à proteção dessas vítimas. Hoje Porto Alegre não possui nenhuma rede de proteção efetiva, e falo isso com convicção de causa, por

ter sido vítima de tentativa de feminicídio, em 2013 - um crime que carrega marcas até hoje. Passados mais de oito anos, são inúmeras as vítimas que me procuram pedindo ajuda e orientações para não serem assassinadas. Por vivência própria, eu também não tive suporte. Por isso, precisamos rever as políticas públicas empregadas, pois a cada dia nos omitimos a respeito e isso pode causar, infelizmente, a morte de uma mulher ou de uma família, como no meu caso.

Esta Casa, a Casa do Povo, tem a obrigação de ouvir, de escutar os anseios e necessidades da sociedade que grita por socorro. Essas mulheres pedem ajuda diariamente. E quando não é a violência doméstica, é a falta de vagas nas creches municipais, tirando a possibilidade dessa mãe ter oportunidade de emprego e buscar a sua independência financeira e ajudar no sustento da sua casa. Fora a dificuldade no Sistema Único de Saúde, que teve avanços, nos últimos tempos, mas que não são suficientes ainda para atender as demandas urgentes, como o longo tempo de espera para consulta das vítimas de violência doméstica; mesmo a lei federal garantindo prioridade, que normalmente demoram até dois anos para serem avisadas, por exemplo. Por isso, Porto Alegre não pode e não deve parar no tempo dos açorianos para assim ter a prioridade da vida como principal meta: emprego, saúde, educação, segurança não devem ser temas apenas em época eleitoral, mas o cotidiano dos corredores deste Parlamento.

Aproveitando o meu tempo aqui, quero informar que hoje, dia 19 de maio, se estabelecem o dia e a semana nacional de doação de leite materno. Essa doação é um gesto de amor que ajuda a salvar vidas, sobretudo as vidas dos prematuros extremos e bebês doentes, que precisam do leite materno para ajudar a amadurecer o seu sistema gastrointestinal. Isso aumenta também a sua defesa contra infecções e doenças, dentre inúmeras outras razões. Essa conscientização é de suma importância para diminuir a mortalidade desses pacientes que são muito vulneráveis, por terem a sua imunidade diminuída. Eu, como vereadora de Porto Alegre, agora, não poderia deixar de lado essa data tão importante, referente ao incentivo à doação solidária de leite materno. Diante disso, Sr. Presidente, para finalizar esse tema, o leite materno supre a necessidade do bebê e tranquiliza a mãe. É um ato de solidariedade, de amor, doação, altruísmo, gerando sentimento de bem-estar à doadora e à mãe.

Perante o que foi exposto, eu estou aqui temporariamente, assumi como suplente, mas protocolei projetos para ajudar no avanço da cidade, com base nas minhas experiências, estudos, visitas que fiz a vários lugares do Brasil para trazer boas iniciativas para cá. Para finalizar, então, uma frase de minha autoria: entre um homem e uma mulher, só o coração pode bater.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em não havendo mais inscritos para Comunicação e Líder, solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h34min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLCL nº 024/18 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para a votação do requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Matheus Gomes, o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Requerimento do Ver. Moisés Barboza.

Considerando que o primeiro item é um requerimento de minha autoria, que se refere a uma moção de solidariedade à Brigada Militar, convido o Ver. Alexandre Bobadra, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, para assumir a presidência dos trabalhos, para que possamos dar sequência à apreciação da matéria.

(O Ver. Alexandre Bobadra assume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 125/21 – (Proc. Nº 0344/21 – Ver. Márcio Bins Ely) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao prosseguimento do concurso público para soldados da Brigada Militar e também o chamamento de todos os aprovados para o preenchimento urgente das vagas em aberto para o bem da sociedade e da segurança pública”. **(SEI 037.00122/2021-11)**

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Em votação o Requerimento nº 125/21. (Pausa.) Solicito que o diretor legislativo faça o apregoamento da matéria a ser analisada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura do Requerimento nº 125/21.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PSL): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; eu gostaria de saudar a iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely, Presidente desta Casa, por essa moção muito importante para toda a população do Estado do Rio Grande do Sul, para a população de Porto Alegre, que necessita da ampliação do contingente da nossa Brigada Militar. O nosso mandato também já protocolou uma moção de apoio ao chamamento de todos os aprovados em todos os concursos na área da segurança pública. Hoje, conversei com um colega aprovado num concurso para a Polícia Civil, que também está aguardando o seu chamamento. É importante que o governador Eduardo Leite se sensibilize com a necessidade das categorias e com a necessidade da população do nosso Estado. O déficit de servidores na segurança pública já chega a 50%; nós deveríamos ter o dobro de policiais militares, de policiais civis, mais um contingente considerável de policiais penais e de peritos no nosso Estado. Então, é muito importante que esta Casa tenha compromisso com essa demanda, embora nós tratemos de assuntos municipais, mas, apesar de ser uma competência do governo do Estado, isso influencia, em grande parte, a nossa função aqui como vereadores. Então, mais uma vez indico o voto favorável pela bancada do Partido dos Trabalhadores, toda a solidariedade a todos os aprovados, a todas as aprovadas nos concursos para a segurança pública e que o governador faça o chamamento de todos e todas aprovados nos concursos. Porque não adianta nós chamarmos um contingente limitado, sendo que o nosso déficit é enorme. E também já deixo aqui o nosso pedido, estamos protocolando também uma moção de solidariedade para que, em termos estaduais, e até mesmo municipais, nós tenhamos a possibilidade, então, de suspender os prazos dos concursos públicos, enquanto perdurar essa pandemia e todos esse caos que nós vivemos nos últimos tempos. Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely; parabéns a todos os aprovados nos concursos para as áreas da segurança pública e contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores nessas demandas, porque nós temos a consciência de que só um servidor público motivado, com bons salários é que presta um bom serviço e de extrema relevância para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PSL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/21, como autor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, senhoras e senhores vereadores. Cumprimentando o Presidente dos trabalhos, Ver. Alexandre Bobadra, que preside a nossa Comissão de Segurança e Direitos Humanos da Casa. Quero agradecer, aqui, inicialmente, ao Ver. Leonel Radde pela manifestação feita, que também faz parte dos quadros da segurança pública do nosso Estado, junto com a Ver.^a Comandante Nádia, junto com o Ver. Alexandre Bobadra, e, em especial, quero fazer um apelo a V. Exas. no sentido da aprovação dessa moção de solidariedade ao prosseguimento do concurso público para soldados da Brigada Militar e também pelo chamamento de todos os aprovados para o preenchimento urgente das vagas em aberto, para o bem da sociedade e da segurança pública. Isso praticamente vem a ser um pleonasma num momento destes, porque nós estamos pedindo nada mais do que o óbvio necessário em tempos difíceis, em tempos em que a segurança pública urge por estar com os seus quadros o mais próximo possível do quadro completo. E com tantas situações de insegurança que assolam a nossa sociedade, apenas me somo a um grupo de aprovados no concurso, Ver. Giovane Byl, que fizeram um apelo a esta Casa, no sentido de que nós pudéssemos somar esforços e reunir esforços, somando vozes, fazendo esse pedido como um gesto de uma política pública importante a ser priorizada pelo governo do Estado, e em especial aqui também na capital dos gaúchos, a partir do chamamento de mais soldados para a Brigada Militar, de mais brigadianos para poder oferecer mais segurança pública à nossa sociedade, às ruas, enfim. A gente sabe que, apesar de todo o esforço, outros mecanismos também foram se aprimorando no sentido de oferecer segurança, por exemplo, aos próprios municipais, Ver.^a Fernanda Barth, através da nossa Guarda Municipal, mas o peso da farda da Brigada Militar é algo muito importante e significativo.

A gente sabe que realmente o respeito que a sociedade tem para com a Brigada Militar é algo que ajuda muito no combate à criminalidade, Presidente Bobadra. Então, fica aqui o nosso apelo, o nosso encaminhamento no sentido de que possamos aprovar, sim, essa moção, que é uma moção de solidariedade que diz respeito também a implementar os quadros da nossa valorosa Brigada Militar. Pela atenção de todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Em votação o Requerimento nº 125/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 144/21 – (Proc. nº 0414/21 – Ver^a Reginete Bispo) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade ao senador Paulo Paim, pela iniciativa do PL 12/2021, que “estabelece a quebra temporária de patente de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos de eficácia comprovada contra a Covid-19 enquanto vigorar o estado de emergência de saúde”. (SEI 230.00016/2021-97)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 144/21. (Pausa.) A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, minhas colegas vereadoras e meus colegas vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, pelo YouTube; saúdo a Mesa, o Presidente Márcio Bins Ely. Venho a esta tribuna para pedir apoio aos meus colegas vereadores pois apresento aqui uma moção de solidariedade à iniciativa do senador gaúcho Paulo Paim, que apresentou o PL nº 12/21 ao Senado, que já foi aprovado no Senado, inclusive com apoio de todos os três senadores gaúchos, e hoje tramita na Câmara dos Deputados. É uma moção de solidariedade ao PL nº 12/21 que pede a suspensão das patentes das vacinas contra a Covid-19. Por que, senhoras e senhores, essa moção é importante? Porque hoje o mundo, não só o Brasil, mas Brasil em especial, sofre com a falta de vacinas disponíveis no mercado. É uma dificuldade. Temos visto nos países, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a dificuldade de adquirir as vacinas. O Brasil já tem uma manifestação do Instituto Butantã e da Fiocruz dizendo que tem essa potencialidade, que tem essa capacidade para produzir vacina, mas hoje os insumos, tudo é patenteado, e o que se propõe é que essas patentes sejam suspensas até que o mundo, especialmente o Brasil, tenha controle sobre a Covid-19. Quero dizer que o projeto apresentado pelo senador Paulo Paim, já aprovado no Senado e hoje tramita na Câmara, estabelece a quebra temporária da patente desde que seja não só para o Brasil, mas que outros países possam também desenvolver e ter acesso às vacinas. Isso, para nós brasileiros, não é novidade. Nós já tivemos, na década de 90, no auge da epidemia do HIV/Aids, o Brasil solicitou à Organização Mundial de Comércio a quebra de patentes. Na época do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi solicitada quebra de patentes, e foi concedido, e por conta disso hoje o HIV/Aids está controlado no mundo, e caminhando a passos largos para se encontrar a cura. Considerando a necessidade e a urgência, devido a um número expressivo de mortes no mundo quando nós já temos a solução, quando a humanidade já descobriu o remédio para enfrentar essa pandemia, não é justo, não é humano que a maioria da população não tenha acesso a esse medicamento, à

vacina, às diversas vacinas contra a Covid-19, quando nós temos o potencial de produção. Quero dizer que já em novembro do ano passado a África do Sul e a Índia solicitaram à Organização Mundial do Comércio a quebra de patentes, e no dia 05 deste mês os Estados Unidos se manifestaram a favor da quebra de patentes, e nesta semana a China também se manifestou a favor da quebra de patentes. Também, Presidente Márcio Bins Ely, peço que seja, a pedido, suprimido do texto original, e vou ler a moção, indicando a supressão que a gente pede que seja feita no texto inicial (Lê.): “Moção de solidariedade a uma iniciativa já reconhecida e recomendada pela Organização Mundial da Saúde - OMS. O PL 12/21, em anexo neste processo, de iniciativa do senador Paulo Paim-PT/RS, que hora tramita no Senado Federal. O projeto estabelece a quebra temporária de patente de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos de eficácia comprovada contra a covid-19 enquanto vigorar o estado de emergência de saúde. Com essa medida, ficaria liberada nesse período a produção de imunizantes, remédios e insumos sem necessidade de observância dos direitos de propriedade industrial. [Então, suprime-se parte deste parágrafo]. Na justificativa do projeto, Paim argumenta que a medida não implica ignorar o direito às patentes, mas relativizá-lo, em caráter temporário, em vista do interesse maior do povo brasileiro. Segundo ele, essa ideia é defendida no mundo inteiro e apoiada por instituições brasileiras, como o Conselho Nacional de Saúde (CNS). A votação imediata desse projeto de lei foi defendida pela senadora Kátia Abreu (PP-TO).”

E quero aqui também reafirmar, pelos três senadores gaúchos, e foi aprovada no Senado e hoje tramita na Câmara dos Deputados. Peço a sensibilidade das vereadoras e vereadores, meus pares aqui para aprovar essa moção, que é uma forma rápida de a gente fazer o enfrentamento a pandemia e restabelecer a normalidade social, política e econômica, sobretudo econômica, do nosso país, e salvar vidas que hoje a gente está perdendo indevidamente quando a gente já tem o tratamento eficaz para vencer a Covid-19. Obrigado a todos e todas. Conto com a sensibilidade humanitária de cada um dos vereadores e cada uma das vereadoras. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pablo Melo (MDB): A vereadora contemplou aquilo que nós conversamos, de suprimir aquela questão polêmica que tinha no requerimento da moção dela. Estou contemplado pela fala da vereadora.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, em nome da bancada do PT, solicito a retirada do Requerimento nº 144/21 da priorização da Ordem do Dia desta sessão, para poder acontecer a retificação. A gente coloca na segunda-feira em votação já com a retificação proposta pela vereadora Reginete.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** O requerimento retorna na segunda-feira.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1379/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 024/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o inc. II do *caput* do art. 5º, o inc. VIII do *caput* do art. 6º e inclui incs. XVII, XVIII e XIX no *caput* do art. 7º, inc. VIII no *caput* do art. 18, inc. VII e §8º no *caput* do art. 30, e inc. IV no *caput* do art. 72, todos da Lei Complementar nº 434, de 30 de dezembro de 1999 – que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo medidas para o aproveitamento do potencial hidroviário do Município. (SEI 087.00107/2019-08)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. André Carús: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Valter Nagelstein: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Moisés Barboza;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 024/18. (Pausa.) Não quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todos e todas, lamento que o presidente tenha encaminhado a discussão dessa forma, porque eu me inscrevi para fazer a discussão do projeto, e não só no encaminhamento. E creio que essa forma de conduzir a discussão, não necessariamente com referência a sua postura, Márcio, mas o debate que nós estamos fazendo, de uma hora para outra, não é o mais adequado para nós atuarmos sobre uma questão estratégica para a cidade de Porto

Alegre, que é o nosso Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Essa é a primeira questão que nós temos que nos perguntar. A Câmara de Vereadores vai ter uma postura frente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que é o que está pela sua fragmentação? Ou optar por nós pensarmos a cidade das próximas décadas de maneira dispersa e desorganizada? Vai ser dessa forma que nós vamos nos comportar? Com elementos que são garantidos por legislação, não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro? O direito de a população e a sociedade civil atuarem sobre o debate do futuro da nossa cidade? Eu acho uma péssima sinalização da Câmara de Vereadores encaminhar esse tipo de tema. E não sou só eu, como vereador, representando a bancada do PSOL, que pensa dessa forma. Recentemente, nós tivemos que discutir, neste plenário, o veto do Prefeito Sebastião Melo às modificações na Fazenda do Arado, dentre outras questões, por que que aconteceu isso? Porque estavam desrespeitando a discussão sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da cidade. Existem recomendações do Ministério Público Estadual para, enquanto nós estivermos em meio à pandemia, não se façam debates desta natureza. Porque há um propósito em nós pensarmos esse tipo de discussão, que é o envolvimento da sociedade civil. É um envolvimento de diferentes atores, uma discussão que ser cansativa, prolongada. Mas, não, uma audiência pública, como a que eu participei, promovida pelo Ver. Moisés Barbosa, junto, não dá conta desse tipo de debate. Isso é uma primeira questão, e eu gostaria que os vereadores da base governista também ficassem atentos a isso, porque depois gostam de reclamar da oposição que judicializa as discussões. Mas é óbvio, aquilo que não está colocado de acordo com as regras do jogo, nós vamos buscar sim que haja correção de outros poderes. Com certeza, nós vamos buscar, se for aprovada uma medida dessa natureza, é inaceitável. É uma mensagem equivocada à cidade de Porto Alegre, que a gente se posicione pensando o nosso desenvolvimento socioambiental desta maneira. É uma mensagem equivocada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Matheus, agradeço a compreensão do vereador no que diz respeito à condução dos trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n.º 024/18, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, eu já tive a oportunidade de me manifestar quando da votação do projeto principal do Ver. Moisés Barbosa, e acompanhei muito o raciocínio do Ver. Matheus Gomes, quando ao mérito do projeto. Mais do que isso, agradei, na época, as contribuições do ambientalista Paulo Brack e do jurista Silvio Jardim, porque nos trouxeram, e isso veio através – para mim, pelo menos – do mandato do Ver. Matheus Gomes, de uma maneira a demonstrar claramente que não houve, não há o cuidado com

as medidas de proteção ambiental necessárias. Quando nós falamos em no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é porque nós estamos preocupados com ambas as questões. O desenvolvimento e a questão ambiental, o óbvio. Porque não há desenvolvimento sem proteção ambiental, não há desenvolvimento que não seja sustentável, e possa ter o nosso apoio. A sustentabilidade de qualquer desenvolvimento se dá, efetivamente, em função da questão ecológica, da questão do meio ambiente que nos circunda, e sobre o qual nós temos imensa responsabilidade, histórica responsabilidade, precisa ser protegido. E nós temos a obrigação de fazer essa proteção. E essas medidas, e aqui não há – já falei da primeira vez, não há nenhuma intensão ruim do Ver. Moisés Barbosa nesse sentido. O problema é que são estruturas legais, e acho que o Ver. Matheus Gomes, nosso vereador, colocou muito bem em nome do PSOL, são estruturas legais que vão servir de sustentação para toda série de medidas, não só hoje, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos. É uma situação muito difícil de ser enfrentada sim, e nós temos que encaminhar o voto contrário e pedir que os vereadores pensem bem, pensem bem a questão, porque ela é séria, não é qualquer coisa. É o que diz respeito ao futuro inteiro às gerações, das nossas e outras. E que ficarão de fato à mercê da vontade circunstancial de qualquer governo, fazer qualquer coisa, pior, isso pode servir também – e aí sim é grave – à especulação imobiliária dos imóveis que beiram e margeiam o nosso Rio Guaíba. Por isso é muito importante, é fundamental até, que nós façamos encaminhamento contrário e que tenhamos ressonância, e que consigamos obter ressonância nesse encaminhamento no sentido de que a própria base governista repense essa questão, repense. Porque a responsabilidade que nós temos com esse momento, e com os momentos futuros, na nossa cidade, está jogada numa votação como esta. Nós encaminhamos, pela oposição, contrariamente, ao projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n.º 024/18.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho a esta tribuna para falar do projeto, que é um projeto surpresa. Tivemos reunião de líderes de manhã e agora, de repente, aqui, um projeto que o conselho ligado a esse tema tão importante, Ver. Moisés Barbosa, que não está presente. Eu lamento, realmente, que o povo não esteja como prioridade, porque, quando o povo é prioridade, debate. Esgotaram os debates, esgotaram os temas. Conversar! Tem gente que não quer conversar, não. O povo? Deixa o povo em casa, deixa o povo lá, o povo não precisa saber. Aí vêm os jabotis querer mudar o Plano Diretor? A palavra é “atualização”. Olha que palavra bonita. Vamos fazer uma atualização, vamos nos atualizar, mas, na verdade, nós sabemos que o governo anterior não atualizou nada, piorou a situação da ocupação da cidade, da forma como se ocupa, da forma como se aproveitam os recursos da cidade. Eu não vi, em nenhum minuto, o governo Marchezan propor uma mudança, por exemplo, nos modelos

de transporte da capital; pelo contrário, no ano passado, R\$ 39 milhões para os empresários de ônibus. Ninguém falou em construir um portinho pequeno, criar uma linha de transporte hidroviário daqui a São Jerônimo, etc. Não! E agora vem um projeto que a gente nem pode discutir, porque nós já estamos em encaminhamento, foi muito rápido ali, essa é uma crítica que eu faço ao Presidente, de forma muito tranquila, acho que a gente tem que ter um tempo maior, Presidente Márcio, entre a discussão; uns 15, 30 segundos, pelo menos, porque aqui nós temos que debater. Se os proponentes não querem debater, fazem audiências públicas pequenas, fazem na pandemia, não esperam o povo poder entrar na sua atividade real, na normalidade... O Guaíba não é uma coisa de alguém, ele é de todas e de todos, não só porto-alegrenses. Tudo que tem a ver com o nosso Guaíba tem a ver com o nosso futuro, e aí nós vamos debater o futuro em 10 segundos? Daqui a pouco, claro, vão se inscrever, porque ficam esperando a oposição falar. Não querem debater – um e outro, um e outro –, não: esperar, ir no final e dar um recado. Eu acho lamentável que os interesses dos poderosos se coloquem acima do interesse do povo pobre da cidade, porque eu estava lendo ali o projeto, fala em avançar, em melhorar a economia, tem ali isso, que vai ajudar, inclusive, a gerar emprego, etc. e tal, esse discurso também vinha na sessão passada, vinha! O discurso é um, a prática é outra, e nós estamos aqui num PL sobre atualização de Plano Diretor. Vai ter uma discussão sobre Plano Diretor logo mais, que todos os atores sociais poderão agir, levar a sua voz, coletiva ou individualmente, vai ter o famoso *lobby* – eu sei que já tem um senhor que anda com uma pasta embaixo do braço aí pela capital, já trabalhando em cima desse tema, que não é um tema simples. Não me surpreenderei se vierem propostas ali adiante de espigões na capital, tapando o sol das moradias pequenas, dos condomínios pequenos. Não me surpreenderei se vier para esta tribuna, daqui a pouco, mudanças que ataquem os mais pobres da capital. Eu acho fundamental o diálogo e o debate. Eu falei aquele dia, Ver. Moisés, que o tema é importante e me interessa por ele, porque o tema pode produzir dividendos positivos para a cidade, eu sou um entusiasta de novos tipos de transporte. Por exemplo: eu acho que tem que mudar só essa coisa de rodoviário, ônibus, ônibus, isso não vai levar a capital para adiante, já esgoelou, tem avenida que não tem mais como duplicar, é muito caro para duplicar, então a gente tem formas de fazer. Acho que há erros no método, acho que ouvir e construir coletivamente é muito melhor do que trazer de forma açodada, como está sendo feito hoje, de novo. Eu queria pedir essa sensibilidade não só do nobre vereador, mas também dos demais da Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, a primeira coisa que eu queria falar é que não se pode estar usando a tribuna da Câmara para estar falando coisas que não aconteceram. Hoje, na reunião de líderes,

foi um dos primeiros temas que a liderança discutiu, com a humildade que sempre tem o Ver. Moisés Barboza, ainda perguntou se poderia fazer como o Ver. Giovane Byl, vários deram a opinião, o Ver. Pedro Ruas deu acordo, nós dissemos que o plenário é soberano, então não tem artimanha, não tem sacanagem, não tem nada de ilegal no que fez o Ver. Moisés Barboza. Não tenho procuração do vereador para defendê-lo, mas eu acho que nós temos que dizer os fatos. O vereador consultou o colégio de líderes, viu a possibilidade, e elegeu o seu direito de vereador – não estou falando nem de líder do partido, de vereador – de levar ao plenário seu pedido para que seu projeto fosse apreciado na Ordem do Dia de hoje. Então não tem sacanagem, não tem agindo escondido, agindo no escuro.

Também acho que o Ver. Jonas está com algum problema de memória ou algum problema de se autoconhecer, porque o vereador... (Problemas na conexão.) ...apoio, uma questão política, o vereador diz que tem que mudar, que tem que ter vacina, tem que ter isso, tem que ter aquilo, fala da Covid-19, mas o vereador quer que nós, nesta Câmara de Vereadores, enchamos as galerias do plenário de pessoas. As nossas sessões, as nossas reuniões, as audiências públicas têm permitido muito mais acesso das pessoas e participação popular do que o plenário, porque está disponível no *site* da Câmara, está disponível no YouTube, está disponível nas plataformas de vários vereadores que usam e as colocam, então tem sido bem democrática a questão da transmissão das nossas sessões, da participação nas nossas sessões. Estando na tribuna, no YouTube, no Facebook, na TVCâmara ou na Rádio Web, onde a pessoa estiver acompanhando, ela estará acompanhando. Ela pode gritar pelo telefone, pela TV, assim como ela poderia estar gritando nas galerias, só gritando, porque nós estaríamos votando; ou o vereador quer relembrar a época em que invadiu a Câmara de Vereadores? O vereador deve estar pensando isso, a possibilidade de uma invasão, de uma ocupação novamente na Câmara de Vereadores. Então quero dizer que o Ver. Moisés Barboza agiu com lealdade, primeiro, no colégio de líderes, foi aprovado pelo colégio de líderes essa atitude que o Ver. Moisés Barboza teve. Segundo, ele exerceu seu direito, como vereador proponente de um projeto de lei – que nós já votamos uma parte, algo referente, esta semana –, ele requereu ao plenário que o faça.

Eu vou dizer uma coisa para os vereadores: vamos parar de subir na tribuna e chorar que o Presidente não deu tempo ou não deu isso... Parem de ficar de papo, conversando outras coisas, e prestem atenção na sessão, eu estou *on-line* e ouvi o Presidente abrir a discussão, ninguém discutiu, e ele ainda falou “não tendo ninguém para discutir”, colocou o projeto de lei para votação e abriu o encaminhamento das bancadas. Então eu quero dizer que não está havendo deslealdade de ninguém, está havendo um certo desatento das pessoas, um certo desconhecimento das pessoas nos temas que nós estamos tratando na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, conforme a visão do vereador, que é diferente da visão da população. Se todos nós pensássemos igual, se todos nós defendêssemos somente uma bandeira, não teria por que ter em torno de 18 representações na Câmara de Vereadores e 36 pessoas representando diversos segmentos, diversas opiniões da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, é um dado da maior relevância. O Ver. Claudio Janta fez referência à reunião de líderes de hoje. A proposta que eu fiz – eu vou ser muito claro e muito franco, como fui ali na reunião de líderes – era de que nós, por acordo de líderes, não permitíssemos que projetos do Executivo fossem priorizados no mesmo dia da sua votação; eu não me opunha que projetos de vereadores fossem, caso essa proposta fosse aceita, por óbvio. Então, quando o Ver. Janta coloca a reunião de líderes, é importante que conste que essa proposta que eu fiz foi – pelo menos até o dia de hoje, espero que ainda possamos revê-la – ainda não foi aceita.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É importante registrar, porque o Ver. Claudio Janta coloca de uma maneira que parece houve um acordo lá e outro acordo aqui. Não, houve uma proposta lá de não aceitar. E eu fui muito claro, nós não queremos ser surpreendidos por colocarem no mesmo dia, de repente, o projeto do Previmpa. Só para concluir, a nossa proposta é...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador. A sua proposta, na reunião de líderes, não foi aceita, mas ela está...

Vereador Claudio Janta (SD): Pedro, eu acho que tem que parar de se fazer de louco! Eu falei com o Moisés na reunião de líderes, que falou que ia apresentar esse projeto hoje no plenário para avaliar isso aí. Ou eu estou mentindo? Ou eu estou louco e não ouvi ele falando isso, com muita humildade, na reunião de líderes hoje? Eu não ouvi ele falar isso? Como é que ele não falou? Disse que ele não falou?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pessoal, estamos no encaminhamento, eu agradeço as contribuições.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas, apenas para esclarecer, a pedido de alguns colegas, sobre o projeto em pauta e esclarecer por que está acontecendo essa discussão. Hoje pela manhã, como eu falei aqui, eu apresentei, consultei os líderes da Casa para ver se a gente podia, já que ele está no escopo do projeto nesta tribuna. Eu respondi ao Ver. Matheus, inclusive, que essa parte do projeto eu ia priorizar assim que possível. Pela manhã, houve um entendimento dos líderes; e o que o Ver. Pedro Ruas falou, eu entendi, é verdade, ele deixou claro que o Regimento tem que ser obedecido e que os vereadores podem fazer o que o Ver. Giovane Byl fez, que foi o que eu fiz, levar ao plenário a possibilidade de votar, já que o projeto do Ver. Alvoni daria acordo para eu fazer a substituição, e a maioria do Legislativo da capital entendeu que a gente poderia conversar sobre isso.

A resposta é muito simples sobre aqueles que falam sobre acelerar a discussão. Gente, eu entendo que existem vereadores novos, eu entendo isso; mas esse projeto foi apresentado como PLCL nº 024/18, gente. Eu fiz reunião pública em 2019 com a secretaria estadual do Meio Ambiente, com a secretaria municipal do Meio Ambiente, com o secretário de Urbanismo neste plenário – foi transmitido pela TVCâmara! A gente teve a contribuição de ambientalistas, a gente teve contribuição de todos esses órgãos, ouviu os comodoros, a Sociedade Amigos da Marinha, em 2019. Recentemente, teve audiência pública comandada pelo Presidente Márcio Bins Ely, que a conduziu brilhantemente, onde estava a Agapan, onde estavam os contrários. Eu expliquei lá o que direi às luzes da sociedade. Se esse projeto tiver qualquer ilegalidade, inconstitucionalidade – quero deixar claro que ele passou na CCJ, ele passou na CEFOR, ele passou na COSMAM, ele passou na CUTHAB, ele passou na CEDECONDH, então não tem, mas, se tiver –, eu encaminho aqui o voto a favor do veto, não tenho nenhum problema com isso. Mas não tem! Ele é tão somente a previsão, e aí eu explico e finalizo. Gente, prestem atenção: ele é a previsão complementar para que, quando houver discussão do Plano Diretor, tenha a discussão de um plano municipal de hidrovias, às luzes da legislação ambiental, às luzes, inclusive, do plano costeiro. Quando houver a discussão do Plano Diretor, se nós não incluirmos essas sugestões, não haverá discussão, ou seja, o projeto é para que nós, na discussão do Plano Diretor, tenhamos os olhos voltados ao desenvolvimento do trânsito – mais de 70 quilômetros da orla são de hidrovias. Na audiência pública, ouvimos esportistas; ouvimos moradores das ilhas, que defendem o transporte. Não há nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Quero assumir um compromisso público: se o Poder Executivo municipal entender que esse projeto tem algum vício ou alguma ilegalidade, como já fiz em propostas minhas, Ver. Felipe Camozzato – lembro bem que, na proposta do táxi branco, eu entendi o Poder Executivo e encaminhei a favor do veto – eu subirei aqui e defenderei o veto, porque eu compreendo que tem que ter respeito na relação entre os poderes Legislativo e Executivo e as suas iniciativas. Mas essa proposição é complementar ao projeto aprovado na segunda-feira por 26 votos a 10, que é, sim, um projeto importante para que a gente faça discussões e para que a gente faça, até que enfim, essa conexão tão esperada e negligenciada entre o Guaíba, a água e a terra dos porto-alegrenses. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Primeiro, tive cortada a palavra antes, eu estava encerrando. Eu não disse que o Ver. Cláudio Janta estava louco, nunca falei isso, e não disse que o Ver. Moisés Barboza não fez o pedido na liderança, porque ele fez. O que eu disse é que eu fiz a proposta que nós, por acordo, e não pelo Regimento, não permitíssemos que o projeto do Executivo pudesse ser votado no mesmo dia em que houvesse a sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, estamos no encaminhamento.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Isso poderia ocorrer...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está compreendido.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): A minha proposta não foi aprovada, V. Exa. estava lá, então não é o que disse o Ver. Janta, é diferente. Eu não disse que o Ver. Moisés Barboza não pediu e não disse que o Ver. Janta estava louco, nunca falei isso. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste, até votaria, Ver. Moisés, sem discussão, sem encaminhamento, porque o projeto de V. Exa., mais uma vez, é um excelente projeto e traz para o debate da cidade, para dentro do Plano Diretor, algo que é essencial para a cidade, que hoje é a orla do Guaíba. Por muitos anos, como já falei em outra oportunidade, o cidadão de Porto Alegre, a sociedade estava de costas para o Guaíba. Felizmente, nos últimos anos, nas últimas legislaturas, os governos, o Executivo e a própria Câmara de Vereadores resolveram utilizar melhor a nossa orla do Guaíba independentemente de quem era o prefeito - o prefeito Fortunati, o prefeito Marchezan, o prefeito Melo, que entrou agora. Eles estão voltados para o desenvolvimento da nossa orla do Guaíba, felizmente, e V. Exa., um vereador atuante, que viu a necessidade de um projeto de lei para que a gente possa dar uma melhor utilização dessa orla. Aprovamos outro dia, e hoje o senhor apresenta uma continuação, um complemento daquele projeto para que se discuta, dentro do Plano Diretor de Porto Alegre, a questão da orla do Guaíba e ainda coloca aqui os 74 quilômetros de orla. E eu não vejo aqui nenhum motivo para rejeitar. Aqueles que dizem que querem discutir, que se precisa discutir a cidade; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, cuja revisão é feita de dez em dez anos, já deveria ter sido feita no ano passado, o que não aconteceu devido à pandemia, está sendo preparado e encaminhado, junto com o nosso secretário Germano, e a Câmara de Vereadores terá uma participação ativa na discussão do planejamento da cidade. É a melhor forma para se discutir o que nós queremos de uma cidade – é o Plano Diretor. E o vereador faz uma excelente colocação para que a orla do Guaíba faça parte desse planejamento e desenvolvimento. Então, mais uma vez, vereador, o senhor está de parabéns. Agora, nós, aqui na Câmara de Vereadores, temos que parar com esta discussão de um defender o rico e o outro defender o pobre, de um defender isso e o outro, aquilo. Nós defendemos a cidade de Porto Alegre, todos os 36 vereadores têm que pensar o que é melhor para a cidade de Porto Alegre, e todos nós temos o direito e o dever de pensar Porto Alegre e elaborar

projetos como o do Ver. Moisés para que se possa discutir a cidade. E os vereadores aqui, na hora de votarem, de aprovarem esse projeto, que façam a defesa das suas ideias, sem atacar os demais vereadores. Mas aqui, todos os projetos que partem de alguns vereadores que não fazem parte daquele grupo que se diz de esquerda, defensor da verdade, atrasa-se todos os projetos dos vereadores, dizendo que os vereadores são contra alguém. Aqui ninguém é contra ninguém, nós somos a favor da cidade de Porto Alegre, nós queremos o melhor para a cidade. E todos os projetos vêm para o debate, os vereadores fazem as suas colocações e votam conforme acham que devem votar. Portanto, Ver. Moisés, mais uma vez, o senhor está de parabéns, o senhor faz um projeto para discutir a orla do Guaíba, 74 quilômetros dentro do Plano Diretor, local exato, certo, correto para se discutir a cidade, planejando o futuro de Porto Alegre. Nós precisamos, sim, olhar para a frente, olhar para o futuro, mas caminhar em passos largos, Ver. Moisés, pensando no melhor para a cidade. Parabéns, Ver. Moisés, votarei com V. Exa. e espero que todos os demais vereadores pensem o melhor para a cidade e votem pela cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a pergunta que o cidadão em casa deve estar se fazendo é se nós temos prerrogativa para mudar, alterar, modificar o Plano Diretor. Sim, temos, por isso que esta emenda veio ao encontro da sociedade, vem ao encontro das modificações. Mas está claro que essa esquerda radical, ela, ao invés de se ocupar lá com melhorar a cultura, o esporte, a educação nos bairros mais pobres, ela não se preocupa, está preocupada, como sempre foi, com o Cais do Porto, com essa belíssima orla que nós temos que, por eles, ficava assim, não chegava ninguém ali. Mas como eu disse sempre, eles não se preocupam com o pobre, eles se preocupam com a pobreza! São coisas diferentes. O Ver. Ruas, o rei da questão de ordem, saiu do PDT e foi lá para o PSOL, quase o outro extremo para ser radical, radicalista. Não se diz nada “sim”, é sempre “não”; não ao progresso, não ao desenvolvimento, não à sociedade. É impressionante. Para o cidadão que está em casa, o que muda isso? Vai criar diretrizes, princípios e instrumentos de integração da cidade do lado do Guaíba, que nós estamos de costas há anos: valorização da paisagem, potencial hidroviário de transporte de pessoas, turismo, esporte, lazer, potencializando atividades socioeconômicas das faixas terrestre e fluvial e elevando a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio financeiro, cultural, ambiental e social. Essa é a nossa tarefa. Nós somos balizadores aqui, com a maioria; claro que sempre tem uma minoria que faz barulho, que grita, mas quer a cidade cada vez mais pobre, quer o pobre abandonado lá na vila. Eles lutam pela pobreza, não pelo pobre, para deixar claro, com essa raiva entroncada através do tempo, quase quebraram o Estado, quebraram o Município, quase quebraram o País. É

impressionante, o radicalismo, o “não” sempre, não pode, não pode. Até um veículo de comunicação que eles criticavam na rua, botavam assim “fora isso, fora aquilo”... (Problemas na conexão.) ...“fora Globo”. Hoje não falam mais, agora estamos com a Globo. Agora é assim. Então, mudaram tanto, mas não mudaram o radicalismo, continuam afirmando que a cidade tem que ficar do jeito que está, tem que ficar descuidada. Contem comigo se vocês tiverem projetos para as comunidades mais pobres. Muito pouco eu vejo. E olha que os que tem aqui nós estamos votando junto. Vamos lutar pela cultura na... (Problemas na conexão.) ...na Zona Norte, o esporte, o lazer – esse pessoal precisa disso lá. Isso não quer dizer que eles não podem vir para cá, mas como é bom eles terem lá o seu esporte, a sua educação, a sua cultura, o seu lazer. Mas deixem Porto Alegre crescer, desenvolver. Barboza, estamos juntos, vamos aprovar, e eles vão continuar latindo, latindo bastante por aqui e por lá. Um abraço, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tive a oportunidade, Ver.^a Mari Pimentel, de trabalhar em Brasília e, no período em que trabalhei em Brasília, Ver. Ramiro, lá, Brasília possui a segunda maior frota náutica deste País, só perde, no nosso País, para o Rio de Janeiro. Lá, o Lago Paranoá é tido como vetor de desenvolvimento para aquela cidade. E o projeto, parabenizando já o Ver. Moisés Barboza, é um projeto que vai a favor da nossa cidade, nós temos que usar o Guaíba como vetor de desenvolvimento, de transporte, de lazer e de turismo, porque sim. O rio Guaíba, como disse a Ver.^a Fernanda Barth, nas suas últimas colocações aqui na tribuna, o turismo é um dos maiores vetores de desenvolvimento econômico de qualquer cidade, estado e país. Por isso, o senhor apenas está incluindo, Ver. Moisés, essa discussão no nosso Plano Diretor. E para aqueles que estão reclamando de falta de discussão, eu digo que nós estamos é abrindo a discussão.

Então, nesse sentido, eu, por encaminhamento pela bancada do MDB, votarei a favor, pois tenho a convicção de que a nossa bancada também irá, vereador, por esse caminho, porque é o caminho que a bancada de vereadores quer o desenvolvimento sustentável da nossa cidade defende. Então, “sim” ao Guaíba e “sim” à nossa cidade. Muito obrigado e boa tarde a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar à votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente, caros colegas, nós temos uma bancada aqui na Câmara de Vereadores que são os defensores de maricás, aquela árvore que não serve para porcaria nenhuma e que nós temos na beira do Guaíba, atrapalhando a nossa orla. Acho que nem os ambientalistas gostam da tal de maricá. Na verdade, tem uma turma aqui que quer que a orla permaneça privatizada ao abandono, à sujeira e para quem faz mau uso do espaço, ou seja, que vai lá para consumir drogas, para fazer tráfico, prostituição. Querem manter privatizadas para essa turma.

Quanto ao vereador do PSOL, me mandaram agora o vídeo do WhatsApp dele, nem vou mencionar o nome, porque ele quer publicidade, em que ele vai nas comunidades, aparece na frente da escola de samba, e diz que os vereadores deles estão pensando por eles, depois vai num outro lugar e diz que os vereadores deles estão pensando nos mais pobres da cidade, mas, aí, chega na frente do Pontal do Estaleiro, um empreendimento lindo, e diz que os vereadores só estão preocupados com os empreendimentos imobiliários milionários. Como assim? O empreendimento imobiliário milionário, para começar, já empregou um montão de gente, algumas centenas de pessoas já foram empregadas na obra. Eles tanto falam que querem assistência, auxílio, mas não tem pote de ouro no final do arco-íris. O auxílio para as pessoas é o emprego, o trabalho, e um empreendimento desses gera emprego.

Outra coisa, Pablo: como é que estava o Pontal do Estaleiro antes? Abandonado, com focos de lixo, ninguém aproveitava, e, agora, vai ter não apenas um empreendimento milionário, como eles falam, mas vai ter um parque público construído pela iniciativa privada. Mas aí dizem que é coisa para rico. Meu amigo, se tu quiseres pegar o teu vinho de garrafão, levar de casa, sentar lá na beira para curtir o pôr-do-sol, tu podes fazer. Se tu quiseres ir a um restaurante e pagar um vinho de 200 reais e fazer a mesma coisa, tu também podes fazer, se tiver condições. Se tu quiseres lá e não fazer nada, só curtir o pôr-do-sol com a família, tu podes fazer. Só que antes não poderia.

Então, eles fazem esse jogo de divisão, de embate, dizendo que nós queremos entregar a orla para os mais ricos; nós queremos entregar a orla aos porto-alegrenses, ao nosso turista, queremos desenvolvimento para a nossa cidade, trazendo geração de emprego e renda, com novas empresas, com novos postos de trabalho para quem mais precisa. Esse é o foco.

E na discussão, aqui, enfim, sobre o projeto do Ver. Moisés Barbosa, aliás, um excelente projeto, está muito claro, Moisés, com a inclusão no art. 5º, que tu estás incluindo no Plano Diretor de Porto Alegre a orla do Guaíba. A orla do Guaíba não era sequer discutida no Plano Diretor. E querem um local da nossa cidade mais emblemático? Aliás, ele dá um nome para a nossa cidade, Porto Alegre; não é Porto Seco, é um porto em que surgiu a nossa cidade! A relação com o Guaíba, infelizmente, ao longo dos anos, foi ficando mais afastada, mas, agora, nos últimos anos, graças aos investimentos também do poder público, mas, fundamentalmente, da iniciativa privada, que é o que mantém, depois, os bares, os restaurantes, o uso do espaço público, é o que vai fazer com que o espaço público possa ser utilizado pela população.

Então, a inclusão da discussão no Plano Diretor sobre a orla do Guaíba é fundamental. O que me parece é que essa turma, os abraçadores de maricás, não quer sequer discutir; eles querem é manter a orla privatizada ao abandono e nós, pelo contrário, queremos que a orla seja aberta à população, seja de fato pública. Se isso acontecer com o dinheiro público ou privado, não importa; o que importa é que a população possa ir lá usufruir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar à votação do PLCL nº 024/18.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas, público que nos acompanham pela TVCâmara, eu venho à tribuna para, mais uma vez, manifestar a nossa indignação com essa priorização, que parece uma caixa de pandora. Quando a gente pisca o olho, entra um projeto diferente - e do mesmo lado, da mesma base. Eu tenho dito – inclusive falei hoje na reunião de líderes – que não é uma crítica, Ver. Moisés, ao teu projeto em específico. Não tenho nenhuma obrigação de saber quais são os projetos de todos os vereadores desta Casa, e nós temos que ter um compromisso e um respeito aos vereadores e vereadoras que querem entender, ler, saber, com mais propriedade, quais os impactos que ele incide sobre a cidade. Mas, infelizmente, essa forma atropelada que acontece na Câmara de Vereadores – claro, porque a grande maioria se movimenta da forma que quer – acaba atrapalhando a atuação dos outros vereadores.

Eu estive numa reunião da CEFOR, há alguns dias, com uma pauta trazida pelo Ver. Mauro Zacher, que falava dos grandes empreendimentos, que apresentava para a cidade os grandes empreendimentos, e a gente ficou de analisar, a partir dessa reunião - inclusive eu posso disponibilizar a pauta aos demais colegas -, o fato de a cidade se desenvolver em larga escala. O vereador Ramiro falou aqui desta tribuna que nós não queremos as construções, que as pessoas trabalhem, construindo casas, pelo contrário, eu quero que as pessoas possam trabalhar, mas que também tenham dignidade para viver nessa casa boa, pois eles só constroem para os ricos e continuam morando mal, porque o desenvolvimento pende só para um lado. Lá na vila o esgoto continua correndo a céu aberto, lá na vila nós não temos uma praça. Nós estamos falando da orla do Guaíba, mas percorram nas comunidades, vão olhar como o povo está vivendo! O povo está vivendo muito mal, está comendo muito mal! Enquanto nós estamos falando aqui de grandes empreendimentos, o povo lá na comunidade está passando por muitas dificuldades! Está indo para a fila de emprego e não está encontrando. A gente está ouvindo aqui que os vereadores da esquerda não querem que o povo se desenvolva; muito pelo contrário, o que nós não queremos é que o povo continues sendo explorado da forma como está sendo. É inadmissível que a gente tenha esta Casa trabalhando somente para uma classe, somente para uma parcela da sociedade. Foi contra esse movimento que a cidade elegeu uma parcela de nós e é essa resistência que nós viemos

fazer aqui. Podem votar os 24 em bloco, como quiserem, que nós vamos continuar aqui, usando esta tribuna para fazer a resistência que o povo de Porto Alegre nos elegeu para fazer. Porque é inadmissível que a gente tenha a cidade se desenvolvendo em larga escala, com grandes empreendimentos, enquanto o povo da vila morre de fome, convive com esgoto a céu aberto. A criançada brinca na rua, porque não tem sequer uma praça. Nós precisamos olhar também para o povo que mais precisa. Eu sou a favor do desenvolvimento, mas para todos e todas, para o povo, como um todo, desta cidade. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): O tema é interessante, nós já havíamos iniciado, na segunda-feira, a questão de a gente aproveitar melhor a nossa orla e privilegiar o transporte hidroviário, inclusive, integrando com a cidade de Guaíba, na possibilidade de fazer um transporte, um Uber Jet. Eu gostaria de andar de Uber Jet, se fosse possível, infelizmente não é. Eu não tenho *jet ski*, tem um custo em cima disso. Até me chamou atenção que a vereadora falou, semana passada, que não tem *jet ski*, mas não tem por uma questão de opção, pois todos nós aqui teríamos condições de comprar um usado, porque está mais barato do que uma motocicleta usada. Lembrando que todos aqui somos vereadores, então, nós temos um salário bastante bom, cerca de R\$ 14 mil. Obviamente, cada um de nós faz o que quiser com o seu recurso e lhe cabe usar da melhor maneira possível, inclusive, fazendo o bem para as pessoas. Acredito que caberia, por parte dos vereadores que assim entendem, que façam da melhor maneira possível esse investimento, inclusive, investindo nas próprias comunidades, porque acredito que é uma opção possível para cada um que assim entender. Na questão da exploração, do aproveitamento, vi que existe parece que um rancor com aqueles que conseguem empreender, acumular, gerar investimento, gerar valor. Entendo que nós devemos pensar justamente o contrário, nós devemos permitir que as pessoas, cada vez mais, possam empreender, trabalhar, agregar valor. Nesse sentido, acho que se faz necessário a gente tirar todas as amarras burocráticas que atrapalham o nosso desenvolvimento econômico, que é o caso, por exemplo, da exploração econômica da melhor maneira possível da orla do Guaíba. Eu costumo pensar que, infelizmente, a cidade de Porto Alegre estava de costas para o seu maior patrimônio. Estava conversando agora com o meu assessor, a maior parte das cidades que têm costa, têm, na parte próxima do rio, da água, da lagoa, do mar, a sua região mais valorizada. Infelizmente, Porto Alegre tem o Moinhos, tem selvas de pedra que são as regiões mais valorizadas. Aquela que faz fronteira, que é banhada pelas águas, em Porto Alegre, não é valorizada. A gente conseguiu evitar, semana passada, a aprovação de uma emenda que praticamente tornaria ilegal toda a orla do Guaíba. Agora, esse projeto que tem por objetivo tornar mais claro, que inclui no Plano Diretor

da cidade a discussão sobre o que fazer com esse recurso de 74 quilômetros de extensão, vai colocar no local adequado para fazer essa discussão de maneira mais própria. Inclusive para aqueles que são contra, por exemplo, o muro da Mauá, poderia se discutir dentro do Plano Diretor essa possibilidade, incluindo, no Plano Diretor, a discussão de o que fazer com a nossa orla. Obviamente, isso vai acabar vindo à discussão no momento adequado.

Acho que nós deveríamos estar discutindo o Plano Diretor neste momento. Infelizmente, foi postergado pelo conselho e aceito pelo prefeito para 2023, mas eu gostaria de estar podendo discutir, aqui na nossa capital, neste momento. Infelizmente, não está em discussão. Mas só para lembrar aos vereadores que são contra que temas caros a ele, em função da aprovação dessa emenda, desse projeto do Ver. Moisés, vão poder passar a ser discutidos em função dessa emenda. Acho que é benéfico para as discussões que eles consideram importantes, como, por exemplo, a questão do muro da Mauá. Particularmente, eu sou contra a sua derrubada, mas cada um tem a sua opinião e vai poder discutir no Plano Diretor, a partir de agora, para a inclusão desse projeto nas leis do Município. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 024/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Márcio, amigos vereadores e vereadoras, povo que nos assiste, a nossa saudação a todos. Estou acompanhando atentamente a discussão e quero fazer um parêntese. Quando se discutiu a obra, o projeto do Estaleiro Só, que teve uma repercussão de mídia enorme, eu apresentei uma proposta para que se reservasse espaço para o uso e acesso universal das pessoas. Isso foi atendido, o projeto foi aprovado. Eu sou, portanto, favorável ao empreendedorismo e ao empreendedor, nada contra. Agora, necessariamente é preciso que, a partir desses empreendimentos, haja espaços de acesso universal para o cidadão e a cidadã de Porto Alegre. Não é possível que nós tenhamos, em toda a orla, apenas acesso para poucos. Mas isso é uma discussão que vamos deixar para mais tarde, porque o momento não é agora, estamos discutindo o projeto do Ver. Moisés. Pelo que eu estou compreendendo, o projeto do Ver. Moisés pretende colocar na discussão, junto ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, a questão da orla; também nem novidade é. Eu participei da última revisão do Plano, e nós tivemos uma temática que tratou da orla, o Plano e a orla. Portanto, vejo como positivo discutir no Plano Diretor a orla do Guaíba, acho indispensável. Se não estou totalmente equivocado, eu acredito que o projeto do Ver. Moisés é importante e precisa ser aprovado. Estou aí para talvez ouvir algumas correções da minha análise, mas repito: a discussão da orla do Guaíba, quando da discussão do Plano Diretor, é fundamental para Porto Alegre e para o meio ambiente. Aquele abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 024/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro Aprovada a Emenda nº 01 ao PLCL nº 024/18.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLCL nº 024/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCL nº 024/18.

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h15min.)

* * * * *